



Leopoldo Silva

## Pauta inclui rigor contra candidato de ficha suja e LDO

Garibaldi acredita que mudanças na Lei das Inelegibilidades podem ser votadas até amanhã. LDO tem decisão na quinta

Paulo Paim (D) ouviu sugestões para melhor controlar tempo ao volante

### Jornada de motoristas não tem como ser aferida

Audiência pública realizada por comissão que estuda as condições de trabalho de motoristas profissionais reuniu representantes da Polícia Rodoviária Federal, do Ministério do Trabalho e Emprego e da União Brasil Caminhoneiro, que

apontaram a inexistência de legislação que possa, com eficiência, mensurar e, assim, limitar a jornada de trabalho de motoristas de caminhão. No comando da reunião, Paulo Paim anunciou que vai encampar reivindicações em proposta legislativa. **2**

### Valter Pereira exige ação contra uso de drogas

Senador critica baixos investimentos federais em prevenção e aplaude programa executado em Mato Grosso do Sul. **7**

### Comissão vai reformar Código de Processo Penal

Comissão a ser instalada amanhã deve preparar reforma de código editado em 1941 por Getúlio Vargas. **4**

### Alvaro pede atenção para morte de bebês no Pará

O senador Alvaro Dias classificou ontem de "genocídio" as mortes de 32 bebês ocorridas na Santa Casa de Misericórdia de Belém, causadas pela

superlotação e falta de equipamentos e condições de higiene, e fez um apelo ao governo federal para que dê atenção ao problema. **7**

As comissões e o Plenário analisam esta semana uma extensa agenda, que começa hoje na CCJ, onde está em votação o projeto que torna mais rigorosa a Lei das Inelegibilidades. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, acredita que a proposta poderá ser votada amanhã em Plenário. Ainda hoje, a Comissão de Assuntos Econômicos examina, dentre outros, o projeto que permite conceder os benefícios do Programa

de Alimentação do Trabalhador (PAT) e o vale-transporte a desempregados que estiverem freqüentando cursos de capacitação. Amanhã, a pauta da Comissão de Assuntos Sociais inclui incentivo ao uso de energia solar, enquanto a Comissão de Meio Ambiente promove audiência com os ministros Carlos Minc e Mangabeira Unger sobre a Amazônia. O projeto da LDO deve ser votado pelo Congresso na quinta-feira. **3 a 5**



Leopoldo Silva

Situação das escolas no Brasil foi discutida entre Cristovam (2º à esquerda) e secretários de Educação do país vizinho

### Cristovam defende parceria com a Argentina

Cristovam Buarque recebeu ontem um grupo de secretários de Educação da Argentina, que estão visitando escolas públicas do Distrito Federal. Conforme o senador, apesar do esforço

do Brasil para melhorar a educação, o nível de instrução na Argentina é mais elevado. Cristovam defendeu um esforço conjunto dos dois países para melhorar a educação no Brasil. **8**

### Homenagem ao centenário de Djalma Marinho

"Ao rei, tudo, menos a honra." A frase, usada por Djalma Marinho, em 1968, ao se recusar a abrir processo contra Márcio Moreira Alves, foi lembrada ontem na homenagem ao centenário de nascimento do ex-deputado. Senadores participaram da sessão no Plenário da Câmara. **6**



Jane Araújo

Epitácio Cafeteira (E), Valério Marinho (filho de Djalma), Garibaldi Alves, deputado Mauro Benevides, José Agripino e Hebe Marinho (filha de Djalma)

Representantes da Polícia Rodoviária Federal, do Ministério do Trabalho e da União Brasil Caminhoneiro defendem limites legais para jornada de trabalho de categoria



Leonardo Silva

Comandada por Paim (D), reunião da CDH ouviu especialistas sobre condições de trabalho de caminhoneiros e taxistas

## Reivindicações de motoristas entram em proposta de Paim

O SENADOR PAULO Paim (PT-RS) vai apresentar proposta que atenda às principais reivindicações de motoristas de ônibus, caminhões e táxis ao grupo de trabalho da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que estuda o aperfeiçoamento das condições de trabalho desses profissionais. O anúncio foi feito ontem durante reunião do grupo, que recebeu sugestões encaminhadas por entidades que representam os motoristas profissionais.

Entre as solicitações estão a jornada de oito horas diárias de trabalho, com o máximo de duas horas extras adicionais, além da criação de mecanismos para mensurar o período efetivo de serviço.

Os motoristas querem ainda a aprovação de dois projetos de lei, ambos de Paim: o PLS 271/08, que cria o Estatuto do Motorista Profissional (*leia abaixo*) e encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde aguarda o recebimento de emendas; e o PLS 91/03, que regulamenta a atividade

de motorista e cobrador de transportes coletivos urbanos. O senador disse que pretende ampliar a segunda proposta – que também tramita na CAS e tem o senador José Nery (PSOL-PA) como relator – de modo a contemplar motoristas de ônibus e caminhões.

O grupo voltará a reunir-se no dia 11 de agosto, quando deverá ouvir um representante da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), para esclarecimentos de queixas feitas por integrantes da categoria.

### Limites

O procurador José Pedro dos Reis, do Ministério Público do Trabalho, que atua em Mato Grosso, sugeriu modificações na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) como forma de inserir dispositivos que garantam a mensuração da jornada de trabalho do motorista via tacógrafo – aparelho que registra a velocidade e o tempo de percurso dos veículos.

A carência de dispositivos legais que regulamentem o tempo de trabalho dos motoristas

também foi identificada pelo representante da Polícia Rodoviária Federal José Pecci de Lima. Segundo ele, as jornadas, muitas vezes, desrespeitam o limite do corpo humano, extrapolando a função do que se considera razoável para quem dirige e acaba estimulando o consumo de substâncias ilícitas que mantêm o corpo desperto além do tempo que a saúde permite.

Para a auditora Tânia Mara Coelho de Almeida Costa, do Ministério do Trabalho e Emprego, o controle da jornada de trabalho deve estar associado a uma medida que estabeleça a proibição do tráfego noturno de caminhões entre 22h e 5h, como ocorre na Argentina e em alguns países europeus.

Já o presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro, Nélio Botelho, defendeu a extinção da ANTT. Em sua opinião, a agência “não tem condições nem estrutura” para fazer a legislação ser cumprida, a exemplo da Lei 10.209/01, que trata da isenção do pagamento de pedágio no transporte rodoviário de carga.

## Estatuto do Motorista Profissional está na CAS

O projeto do senador Paulo Paim que institui o Estatuto do Motorista Profissional tramita em decisão terminativa na CAS. O texto busca regular a atuação, no mercado de trabalho, dos profissionais empregados ou autônomos que têm como ofício a condução de veículo automotor utilizado para o transporte de pessoas e coisas ou para a tração de unidades de acondicionamento de carga ou de acomodação de passageiros.

O disposto na matéria não se aplica aos motoristas profissionais que atuam sob o comando das Forças Armadas ou de

órgãos da segurança pública; que operem exclusivamente veículos utilizados para o trabalho agrícola, terraplenagem, construção, pavimentação ou movimentação de carga em zona portuária ou aeroportuária; e na formação de condutores, em entidade credenciada.

De acordo com Paim, a proposta se baseou em projeto de lei do deputado Ivo José (PT-MG), com a contribuição da deputada Clair Flora Martins (PT-PR). Segundo o senador, seu objetivo é “fazer justiça a essa categoria profissional que sofre com a gama de problemas enfrenta-

dos diariamente no trânsito”. Entre esses problemas, Paim lista a poluição sonora, engarrafamentos, superlotação de veículos, tensão e insegurança, como fatores de desgaste emocional e físico.

– O que esse estatuto pretende é reunir, num mesmo diploma legal, todas as regras que possam colaborar para o aperfeiçoamento da profissão, explicitando direitos dos motoristas profissionais, mas, também, apontando deveres a serem observados pela categoria. O principal deles é a qualificação inicial e a contínua reciclagem. Essa, por sinal, é a tendência das legislações profissionais de países desenvolvidos – acrescentou.

Texto prevê qualificação e reciclagem contínua para enfrentar desgaste emocional e físico

Gerardo Mangela

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Quatro medidas provisórias trancam a pauta

Às 14h, a sessão é deliberativa. A pauta está trancada por medidas provisórias. O primeiro item é a MP 422/08, modificada pelos deputados e transformada em projeto de lei de conversão (PLV 16/08), que institui normas para licitações e contratos da administração pública.

### Reunião de líderes na agenda de Garibaldi

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebe, às 11h, o presidente do TCU, Walton Alencar Rodrigues, para a entrega das contas do governo. Às 12h, tem encontro com o ministro interino da Cultura, Juca Ferreira. Às 14h30, participa da reunião de líderes do Senado e, às 16h, preside a ordem do dia.

### CAE sabatina indicados para o Cade

A reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h, analisa pauta com 13 propostas, entre elas o substitutivo a projeto que permite

ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha, utilizando o saldo no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Na primeira parte da reunião, serão examinadas

três indicações do presidente para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).



Gerardo Mangela

### CMA analisa isenção de IPI para recicladoras

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se, às 11h30, para analisar, entre 13 itens, projeto que determina isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos por empresas, cooperativas e associações que trabalhem com reciclagem.



Leonardo Silva

### Candidatos com ficha suja na mira da CCJ

O substitutivo às propostas que alteram a Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar 64/90), para evitar que candidatos com ficha suja pos-

sam concorrer nas eleições, é o destaque da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a partir das 14h.

### Coral apresenta *Batuque Brasil*



O Coral do Senado apresenta, às 20h30, o espetáculo *Batuque Brasil*, no auditório da Escola Parque, na 307/308 Sul. O evento tem o objetivo de difundir a música brasileira, em especial o samba.

### Debate aborda fronteira entre Amapá e Guiana

Audiência pública das comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Relações Exteriores (CRE) debate, a partir de 14h30, as relações entre Brasil e França e entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa. Estão convidados o ministro das Relações Exteriores,

Celso Amorim; o secretário especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo de Tarso Vannuchi; o presidente da Comissão de Direitos Humanos do Assembleia Legislativa do Amapá, deputado Camilo Capiberibe; e o embaixador da França no Brasil, Antoine Pouillieute.

## Senado recebe indicação de Emília Maria para a Anatel

Antes de encerrar a sessão não-deliberativa de ontem, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), na presidência dos trabalhos, comunicou ao Plenário que o Senado Federal recebeu mensagem da Presidência da República (MSF 136/08) indicando Emília Maria Silva Ribeiro para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Atualmente, Emília Maria Silva Ribeiro integra o Conselho Consultivo da agência reguladora. No conselho diretor, ela ocupará a vaga de José Leite Pereira Filho, que deixou o posto no final do ano passado.

A indicação vai passar pelo exame da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e depois será encaminhada para votação em Plenário.



José Cruz

Comissão discute na quinta-feira mudança na Lei de Responsabilidade Fiscal

## CCJ fará audiência sobre redução de exigência para empréstimo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizará audiência pública na quinta-feira, às 14h, sobre proposta do governo (PLC 92/08) para amenizar as exigências impostas a estados e municípios sobre gastos com pessoal, para tomar empréstimos. A idéia é evitar a punição de governos ou prefeituras pelo fato de um órgão ou empresa estar gastando mais que o permitido com o pagamento de salários.

Hoje, se um governo estadual ou prefeitura gasta com pessoal além de 60% de suas receitas correntes líquidas, qualquer uma de suas empresas ou autarquias fica impedida de tomar financiamento até que a situação volte ao limite máximo. Se aprovado o projeto em discussão, somente o órgão ou empresa que estiver gastando acima do limite sofrerá punições, que vão desde a suspensão de transferências de recursos voluntários da União (convênios) até a proibição de assinar empréstimos.

Foram convidados para a audiência pública na CCJ, presidida pelo senador Marco Maciel (DEM-PE), os governadores Paulo Hartung (Espírito Santo) e Marcelo Déda (Sergipe); o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega; o ex-presidente do Banco Central Afonso Celso Pastore; e o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Márcio Pochman. A audiência pública foi solicitada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Desde a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00), governadores têm reclamado da exigência, alegando ser difícil que todos os órgãos públicos, empresas e autarquias de um estado estejam durante todo o tempo dentro dos limites.

Pela lei, a União só pode oferecer garantia a um estado na tomada de empréstimo se apresentar à Secretaria do Tesouro Nacional comprovação de que todos seus órgãos estão cumprindo à risca os limites de gastos com pessoal.

## Vacinação contra a rubéola começa no dia 9 de agosto

O Sistema Único de Saúde (SUS), em ação conjunta dos governos federal, estaduais e municipais, realizará em agosto, a partir do dia 9, e setembro campanha nacional de vacinação contra a rubéola. Espera-se que sejam vacinados cerca de 70 milhões de pessoas entre 20 e 39 anos. Nos estados de Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande

do Norte, o grupo de 12 a 19 anos também será vacinado.

A rubéola e a síndrome da rubéola congênita produzem implicações severas para a população, em especial às crianças nascidas de mães infectadas, que podem apresentar cegueira, surdez e retardo mental. O Ministério da Saúde informa que, nos últimos dois anos, o Brasil vem registrando surtos da doença.

Garibaldi afirma que o Senado deverá votar amanhã projeto substitutivo de Demostenes Torres a propostas que alteram a Lei das Inelegibilidades

# Pauta pode incluir restrição a candidato com ficha suja

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves, anunciou que o Plenário deverá votar amanhã substitutivo do senador Demostenes Torres (DEM-GO) a projetos que alteram a Lei das Inelegibilidades, tornando-a mais rigorosa. Para isso, será necessário que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vote a matéria na reunião de hoje.

Garibaldi ressaltou, contudo, que a proposta não valerá para as eleições de outubro. Deliberar sobre esse assunto antes do recesso, para Garibaldi, é apenas uma questão de entendimento entre os líderes.

Questionado sobre os obstáculos enfrentados por aquele substitutivo, que aglutina 21 proposições, Garibaldi mostrou-se o tempo todo otimista quanto à aprovação dessa matéria, que dificulta a carreira política de candidatos com a vida pregressa comprometida com atos ilícitos.



Márcio Malume

Demostenes relata propostas sobre inelegibilidade

– O senhor não acha que está muito otimista? Votar esse substitutivo, para muitos parlamentares, não é dar um tiro no pé? – indagou um repórter.

– O substitutivo está na CCJ. Tem todas as condições de ser votado e ir a Plenário. Não é tão tranquilo assim, mas o Parlamento nasceu para isso, para abrigar a polêmica – respondeu Garibaldi.

Na mesma entrevista, o pre-

sidente do Senado disse que o Congresso examinará, nesta quinta-feira, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009. O fato de a matéria já ter sido aprovada na Comissão Mista de Orçamento (CMO) facilita muito, na opinião de Garibaldi, uma decisão definitiva nesta semana.

### Djalma Marinho

Garibaldi fez comentários sobre a sessão que a Câmara dos Deputados realizaria ainda na tarde de ontem para celebrar o centenário do tribuna Djalma Marinho. Disse que aquele político foi um defensor intransigente das prerrogativas do Parlamento.

– Se ele ainda estivesse aqui, estaria hoje defendendo causas como a restrição às medidas provisórias, a independência do Legislativo e a pauta destrancada nesse contexto de reveses que temos de ultrapassar.

## Jucá não acredita em acordo para votar proposta

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse ontem não acreditar que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprove hoje o substitutivo do senador Demostenes Torres (DEM-GO) ao projeto que altera a Lei das Inelegibilidades. A idéia era votar a proposta na CCJ para que o Plenário a examine amanhã. O substitutivo tem como base o PLS 390/05, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), e incorpora sugestões de 20 outras matérias.

– Acho que não haverá acordo – disse o senador à Agência Senado.

Mais cedo, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, frisou que o projeto deveria ser votado amanhã pelo Plenário.

O senador Garibaldi Alves afirmou ainda que a pauta acordada na reunião de líderes da semana passada deve ser mantida: na sessão de hoje serão aprovadas mensagens presidenciais com a indicação



Gerardo Maggelo

Para Jucá, a CCJ não deve aprovar mudanças na Lei das Inelegibilidades

dos diplomatas Santiago Luiz Bento Fernandes Aleazar, para o cargo de embaixador em Burkina Faso; Sérgio de Souza Fontes Arruda, para a mesma função na Malásia e no Brunei; Flavio Helmold Macieira, para o cargo também de embaixador na Nicarágua; e de Ricardo Neiva Tavares, como representante permanente do Brasil nas comunicações europeias.

Amanhã, disse Garibaldi, devem ser votadas as medidas provisórias. Trancam a pauta

a MP 424/08, que abre crédito extraordinário em favor de diversos órgãos do Executivo, no valor de pouco mais de R\$ 1,8 bilhão; a MP 425/08, que posterga a aplicação das disposições relativas à incidência do PIS/Pasep e da Cofins sobre as receitas da venda de álcool; o PLV 16/08, proveniente da MP 422/08, com normas para licitações e contratos da administração pública; e o PLV 17/08, proveniente da MP 426/08, que aumenta o valor da Vantagem Pecuniária Especial devida aos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal.

Os senadores devem votar ainda propostas como o substitutivo da Câmara ao PLS 57/01, que concede estímulos à política pesqueira; e o PLC 22/03, que regulamenta as agências de turismo.

Os líderes vão se reunir hoje com o presidente do Senado para definir outras matérias a serem votadas antes do recesso, que se inicia no dia 18.



Moreno Maitz

Plenário deve votar hoje quatro indicações do Executivo para embaixadas; amanhã, quatro MPs que trancam a pauta

Formado por nove juristas, colegiado deve apresentar à Casa, em 180 dias, anteprojeto de novo código

## Senado instala amanhã comissão de reforma do CPP

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves, instala amanhã a comissão externa destinada a elaborar, em 180 dias, um anteprojeto de novo Código de Processo Penal – o atual CPP, em vigor há 67 anos, é considerado defasado pela maioria dos especialistas. A cerimônia, que contará com a presença de juristas e ministros de tribunais, tem início às 9h, no Salão Nobre.

Formada por nove especialistas, a comissão foi criada a pedido do senador Renato Casagrande (PSB-ES). Garibaldi teve o cuidado de designar destacados profissionais e estudiosos do direito processual penal, sem perder de vista, como informa a

Consultoria Legislativa, a representatividade das instituições que operam com a matéria.

Em seguida à instalação, a comissão, que estará aberta ao recebimento de sugestões, realizará a sua primeira reunião para escolher o coordenador e definir o cronograma de trabalho. Depois de elaborado o anteprojeto, será constituída uma nova comissão, composta por senadores, para examinar o texto, que deverá ser transformado em projeto de lei.

Tomam parte do grupo os juristas Antonio Corrêa (juiz federal); Antônio Magalhães Gomes Filho, advogado e professor; Eugenio Pacelli (procurador regional da República); Fabiano Augusto Martins Silveira (consultor legislativo do Senado); Félix Valois Coelho Júnior (advogado); Hamilton Carvalhaldo (ministro do Superior Tribunal de Justiça); Jacinto Nelson de Miranda Coutinho (advogado e professor); Sandro Torres Avelar (delegado federal e presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal – ADPF); e Tito de Souza Amaral (promotor de Justiça).



Garibaldi Alves designou destacados juristas

## CMA analisa relatório sobre o controle da gestão pública

O relatório apresentado pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES) sobre o ciclo de debates realizado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) com o objetivo de propor medidas de controle externo da gestão pública, dentro de conceitos básicos como prevenção, transparência e equilíbrio, será examinado hoje pelo colegiado.

“Assim, o Congresso Nacional precisa agir como um autêntico maestro, coordenando e facilitando uma verdadeira orquestra de atores sociais interessados no controle da gestão pública, tais como tribunais de contas, órgãos de controle interno, imprensa e organizações não-governamentais”, diz o documento.

– Como parlamentares, devemos saber incorporar em nossas avaliações e informações os critérios trazidos de todo o espectro social, além de fomentar a criação de mecanismos mais eficientes de transparência da informação pública – conclui o senador.

A comissão também analisará projeto de lei que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos, equipamentos e produtos químicos por empresas recicladoras ou associações, para emprego exclusivo em serviços e processos de reciclagem.

Depois de examinada na Comissão de Meio Ambiente, a proposição (PLS 169/08), de autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos, onde será examinada em caráter terminativo.

Comissão de Assuntos Econômicos decide hoje sobre três indicações para o Cade, empréstimos externos a duas prefeituras e concessão de benefícios a trabalhadores



Um dos projetos que será examinado pelos senadores da CAE instituiu o Balanço Social Empresarial, por meio do qual as empresas deverão divulgar os benefícios gerados à comunidade

## Desempregado pode ter vale-transporte e alimentação para freqüentar cursos

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) deve analisar na reunião de hoje, às 10h, três indicações para membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), duas mensagens de autorização de empréstimo externo e 11 projetos de lei. Entre estes, está o que permite conceder os benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e o vale-transporte aos desempregados que estiverem freqüentando cursos de capacitação, readaptação ou reciclagem em entidades voltadas à educação para o trabalho, desde que credenciadas junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

De autoria do então senador Marcos Guerra, o projeto (PLS 247/06) prevê ainda que os benefícios sejam distribuídos, por um período máximo de seis meses, a cada 36 meses, diretamente pelas entidades credenciadas, que serão ressarcidas pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Segundo o autor da proposta, “de nada adianta oferecer cursos de capacitação se o trabalhador não tiver condições de deslocamento para o local da realização das aulas ou condições de se alimentar decentemente”.

– As concessões do vale-transporte e de um auxílio alimentar são, portanto, necessárias e complementares aos programas de educação para o trabalho – justificou Marcos Guerra em

defesa da sua proposição.

O relator, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), apresentou parecer favorável à matéria, que depois será analisada pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

### Capital

A CAE também deverá analisar hoje substitutivo do senador Mão Santa (PMDB-PI) a projeto de lei de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que permite ao trabalhador investir até 50% dos seus recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em programa de participação no capital da empresa em que trabalha (PLS 273/03).

Pela proposta, que altera a legislação sobre o FGTS (Lei 8.036/90), somente será permitida a participação em sociedade anônima de capital aberto. Conforme o relator, essa determinação pretende reduzir investimentos de alto risco e que podem levar à perda total dos depósitos do trabalhador ou até mesmo a saldo negativo, no caso de falência da empresa.

– Como se sabe, as sociedades anônimas estão sujeitas à fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, enquanto as demais empresas, de capital fechado, não têm essa mesma transparência – explica Mão Santa.

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) apresentou voto em separado pela rejeição da proposta, que em seguida será analisada pela Comissão de Assuntos Sociais em caráter terminativo.

### Balanço Social

Outro substitutivo que deve ser apreciado na reunião da CAE é o apresentado pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) a projeto de lei (PLS 224/07) de Lúcia Vânia (PSDB-GO) que institui o Balanço Social Empresarial, por meio do qual as empresas deverão divulgar os benefícios gerados para a comunidade social.

A matéria, já aprovada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) por meio do mesmo substitutivo, institui ainda o Selo Empresa Responsável, a ser concedido aos órgãos que publicarem o balanço social – que somente será obrigatório para as sociedades anônimas.

– Trata-se de iniciativa meritória, que tem por objetivo divulgar informações de natureza social, demonstrando à sociedade a participação e a responsabilidade social de cada empresa – observou Lúcia Vânia.

Logo após a análise pela Comissão de Assuntos Econômico, o texto será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que a apreciará em decisão

terminativa.

Ainda estão previstas para a reunião de hoje a sabatina e a votação secreta de mensagens de indicação, pelo presidente da República, de três nomes para o cargo de conselheiro do Cade, que funciona no âmbito do Ministério da Justiça. Os indicados são Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo, Olavo Zago Chinaglia e Vinícius Marques de Carvalho. Após a deliberação da CAE, as mensagens serão submetidas à deliberação do Plenário.

### Empréstimos

A comissão deverá apreciar mensagens da Presidência da República solicitando autorização para a contratação de duas operações de crédito externo. O primeiro empréstimo é de US\$ 42,790 milhões, a ser contratado pelo município de Sorocaba (SP) junto à Cooperativa Andina de Fomento para o financiamento parcial do Programa Ambiental e de Integração Social da cidade.

O outro empréstimo, a ser concedido à prefeitura municipal de Vitória pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tem o valor de US\$ 39,1 milhões, e será aplicado no financiamento do Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social da capital do Espírito Santo. Os dois empréstimos serão ainda analisados em Plenário.

## Novos prédios devem prever energia solar



Crivella quer condicionar crédito do SFH a previsão de instalação do sistema

Projeto de lei que visa incentivar a utilização de energia solar poderá ser votado amanhã, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta, de autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), altera o Estatuto da Cidade para prever a instituição, pelos municípios, de normas para que edificações de uso coletivo sob sua jurisdição contemham sistemas de aquecimento de água com essa modalidade de energia.

De acordo com o projeto (PLS 23/04), a concessão de financiamentos habitacionais pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) ficará condicionada à instalação de sistema de aquecimento por meio da energia solar. A proposição prevê ainda que as normas a serem fixadas pelos municípios devem considerar as diferenças climáticas de cada região a que integra. O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), relator da matéria, já ofereceu parecer por sua aprovação.

Outro projeto que consta da pauta para a CAS – composta por 15 itens – é o PLS 666/07, da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), que amplia a licença-paternidade de cinco para 15 dias consecutivos, após o nascimento do filho, sem prejuízo da remuneração. O relator, senador Flávio Arns (PT-PR), é favorável à aprovação da matéria, que também receberá decisão conclusiva na comissão.

## CCJ examina projeto sobre distribuição de gás

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar amanhã projeto do Executivo que reduz a participação dos estados na distribuição de gás natural aos usuários finais. O relator, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), apresentou dez emendas, alterando artigos que, avalia, ferem direitos conferidos aos estados pela Constituição.

Segundo o parlamentar, a exploração de serviços locais de gás canalizado – o que inclui o processo de distribuição até os usuários – é competência estadual. O projeto (PLC 90/07), afirma, desprezita esse pressuposto ao possibilitar que gasodutos de transporte sejam utilizados para levar o gás diretamente aos consumidores finais, sem o envolvimento dos estados.

Consta ainda da pauta, formada por 21 itens, substitutivo de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) a projeto (PLS 79/03) de Delcídio Amaral (PT-MS) que trata dos direitos dos pacientes atendidos em serviços de saúde. A matéria tramita em conjunto com o PLS 101/05 e 103/05, apresentados respectivamente por Pedro Simon (PMDB-RS) e Papaléo Paes (PSDB-AP). O substitutivo garante que o paciente tenha acesso irrestrito a informações sobre sua doença, direito de escolha sobre o tratamento prescrito pelos médicos e que seja respeitada sua intimidade durante a internação.



Para Jarbas Vasconcelos, vários artigos contrariam a Constituição

O anúncio foi feito ontem por Garibaldi Alves. O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias precisa ser votado para que se inicie o recesso parlamentar no dia 18

## Regras para o Orçamento de 2009 serão votadas na quinta

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves, anunciou ontem que o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009 será votado em sessão conjunta do Congresso Nacional na quinta-feira. O texto já foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) na forma do substitutivo da relatora, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

A LDO, de vigência anual, fixa regras e parâmetros para a elaboração da proposta do Orçamento, além de normas complementares que definem como as despesas devem ser executadas. Para avançar na preparação da peça orçamentária anual, que sempre chega ao Congresso até 31 de agosto, o governo precisa da LDO. Por isso, embora o recesso do meio do ano tenha como data de início 18 de julho, as atividades legislativas só podem ser interrompidas depois de votada a lei orçamentária.

No substitutivo, foi aprovada regra de reajuste para o salário mínimo que garantirá aumento real conforme a variação do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes (2007), somada



Serys é relatora da proposta, já aprovada na Comissão de Orçamento

à taxa de variação da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurada até o mês do último reajuste. Dessa forma, o valor do mínimo para 2009 será de R\$ 453.

Outra alteração importante refere-se à execução provisória do Orçamento no caso de não aprovação da lei orçamentária até o fim de dezembro. Atendendo a pleito da oposição, as verbas para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e para os demais investimentos não poderão ser liberadas antes da aprovação do Orçamento.

Para a eventualidade de atraso na votação, o projeto que o governo enviou ao Congresso previa que tanto os investimentos como as despesas correntes (manutenção dos serviços conti-

nuos e da máquina administrativa) poderiam ser executados à base de três doze avos do valor de cada projeto. Serys optou pela regra habitual que garante a liberação de apenas um duodécimo ao mês e somente para as despesas correntes inadmissíveis.

Cerca de 95% dos deputados e senadores tiveram, no substitutivo, pelo menos uma emenda individual incluída no Anexo de Metas e Prioridades – no qual são relacionadas as obras e atividades que terão preferência na distribuição dos recursos orçamentários depois do atendimento aos gastos obrigatórios.

No caso das emendas coletivas ao Anexo de Metas, todas obtiveram parecer favorável. Até mesmo os oito estados cujas bancadas deixaram de apresentar as cinco emendas autorizadas acabaram sendo atendidos. Serys aproveitou, como emendas coletivas, as sugestões de obras mais citadas nas proposições individuais dos parlamentares de cada um desses estados (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Pará, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Sul).

## Delcídio reúne-se amanhã com relatores setoriais

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) fará amanhã sua primeira reunião interna sobre o projeto de lei do Orçamento para 2009, que deve ser encaminhado ao Congresso, pelo Executivo, até 31 de agosto.

Marcoado a pedido do senador Delcídio Amaral (PT-MS), relator-geral da proposta, o encontro terá a participação do relator da receita, deputado Jorge Khoury (DEM-BA), e dos parlamentares que vão atuar como relatores das dez áreas setoriais.

Na reunião, às 10h, Delcídio pretende iniciar a elaboração do cronograma de tramitação e



Delcídio quer elaborar o cronograma de tramitação da peça orçamentária

definir com os relatores setoriais as ações de cada um. O objetivo, informou o senador, é assegurar a melhor convergência possível entre os documentos setoriais e

o relatório-geral. De acordo com a Resolução nº 1 do Congresso Nacional, os relatores setoriais são escolhidos na primeira metade do ano, em sistema de alternância anual entre os partidos.

Também amanhã, às 14h30, provavelmente em sua última reunião antes do recesso, a CMO deverá votar, entre outras propostas, a abertura de crédito adicional de R\$ 85 milhões em favor do Ministério do Esporte. Os recursos vão dar suporte ao projeto Rio 2016, que envolve ações para organizar a candidatura da capital fluminense a sede dos Jogos Olímpicos.

### MENSAGEM GARANTE VISTO GRATUITO A ESTUDANTES E DOCENTES NO MERCOSUL

O acordo que permite a concessão de vistos gratuitos aos estudantes e docentes dos países do Mercosul que pedirem residência em outro Estado do bloco será examinado amanhã pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. A Mensagem 996/07, que submete o acordo ao Congresso Nacional, é uma das cinco propostas da pauta da reunião, prevista para começar às 14h30.

Segundo a mensagem, poderão obter vistos gratuitos os titulares de passaportes válidos do país de origem que solicitem residência em outro país do Mercosul para realizarem cursos de graduação ou pós-graduação; cursos secundários no âmbito de programas de intercâmbio de instituições governamentais e não-governamentais; ou atividades de docência ou pesquisa. O acordo foi firmado pelos ministros de Relações Exteriores das quatro nações que compõem o Mercosul.

### MINC E MANGABEIRA UNGER DISCUTEM QUESTÃO AMBIENTAL EM AUDIÊNCIA

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e o ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, foram convidados pelo Senado para discutir a questão ambiental brasileira, em especial na Amazônia, e o Plano Amazônia Sustentável (PAS). O debate acontece amanhã, às 10h30, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em conjunto com a comissão que verifica os municípios listados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) no mapa do desmatamento.

Para o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), os ministros precisam esclarecer a diferença entre o PAS e o Plano Plurianual (PPA), já que o governo destaca que o PAS não é apenas um programa a mais do PPA, mas um conjunto de estratégias para a Amazônia. O Plano Plurianual contém diretrizes e metas da administração pública para um prazo de quatro anos.



Foto de Gerardo Magalhães

Maldaner registra passagem de comemoração internacional

## Casildo Maldaner celebra dia do cooperativismo

A passagem do 86º Dia Internacional do Cooperativismo foi comemorada por Casildo Maldaner (PMDB-SC). "A data transcorreu no último sábado e foi motivo de manifestações e eventos no Brasil, inclusive em Santa Catarina, onde a atividade cooperada tem forte presença na economia", informou o senador.

O cooperativismo, salientou Maldaner, "visa o homem, e não o lucro, como sua principal finalidade, tendo se originado da vontade de pequenos grupos de desassistidos de participar do mercado controlado por grandes comerciantes e industriais".

### Ajuda mútua

– Hoje, o cooperativismo engloba um vasto segmento de atividades, como pecuária, agricultura, indústria, artesanato, trabalho, transportes, saúde, habitação, que se utilizam do mecanismo de ajuda mútua para realizar seus projetos.

O parlamentar apontou a preocupação dos entes cooperados com a adequação de sua atividade à resolução de problemas ambientais, principalmente em face da ameaça do aquecimento global e do desmatamento.

– As fábricas e oficinas das cooperativas já utilizam hoje, em média escala, a energia oriunda da biomassa armazenada, seja de detritos de madeira e outras sobras que possam compor matéria-prima necessária a uma nova fonte energética – informou.

Agripino, Rosalba e Cafeteira comentam na Câmara episódio em que representante potiguar contrariou ditadura ao se recusar a abrir processo contra Márcio Moreira Alves

# Luta de Djalma Marinho é destacada por senadores

OS SENADORES EPITÁCIO Cafeteira (PTB-MA), José Agripino (DEM-RN) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) participaram ontem de sessão da Câmara dos Deputados em homenagem ao centenário de nascimento do ex-deputado potiguar Djalma Marinho. Famoso por ter se recusado, em dezembro de 1968, a cumprir decisão do governo militar de abrir processo de cassação contra o então deputado Márcio Moreira Alves, Djalma Marinho foi sete vezes deputado federal.

"Ao rei tudo, menos a honra", foi a frase do dramaturgo e poeta espanhol Pedro Calderón de La Barca, do século 17, utilizada por Marinho ao se recusar, como presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, a instaurar o processo.

Os senadores lembraram que o ex-deputado do Rio Grande do Norte não concordava com as idéias de Márcio Moreira Alves, que foi acusado de ofender os militares, mas o defendeu por considerar que o parlamentar, ao fazer seu histórico discurso contra o regime, exercia o direito de expressar suas idéias políticas.

Djalma Marinho já era conhecido por ter sido advogado de 500 presos políticos, logo após a Intentona Comunista, iniciada em Natal no ano de 1935. O ex-deputado, destacaram os senadores, era um advogado católico e liberal, que naquele episódio defendeu os direitos humanos dos acusados por participação na insurreição, promovida pelo PCB com o objetivo de derrubar o presidente Getúlio Vargas.

Agripino e Rosalba lembraram

os laços de amizade e políticos de suas famílias com o homenageado. Agripino disse que a melhor frase de Marinho não foi a citação de Calderón, mas sim a afirmação de que "o melhor da democracia não é a eleição dos melhores, mas a derrota dos demagogos, mentirosos e subservientes".

Rosalba afirmou que o ex-deputado esteve sempre presente na luta pela redemocratização e foi um dos primeiros a propor uma Constituinte para a volta do regime democrático.

Já Epitácio Cafeteira ressaltou a coragem e a dignidade de Djalma Marinho, o que ficou demonstrado sobretudo, segundo o senador, pela atuação do político potiguar à frente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.



Jane Araújo

Rosalba Ciarlini, na tribuna, é observada por Cafeteira, Valério Marinho, Garibaldi Alves, Rogério Marinho e José Agripino

## "Ex-deputado defendia Parlamento independente"

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, em discurso na sessão da Câmara em memória do ex-deputado Djalma Marinho, defendeu um Parlamento independente, "como o homenageado sempre pregou".

– Ninguém pode conceber um Parlamento com Djalma Marinho tendo a enxurrada de medidas provisórias que temos hoje.

Garibaldi afirmou que falava na qualidade de quem não era próximo nem correligionário do ex-deputado, mas pertencente a uma família adversária. Por isso mesmo, queria testemunhar as qualidades do homenageado como parlamentar, orador e

homem público exemplar.

– Djalma Marinho era um homem que não cabia na política do Rio Grande do Norte daquele tempo. Daí por que se dizia que ele era mais forte em Brasília do que lá. Aquela vocação intelectual de Djalma Marinho, aquele aprendizado que ele tinha da política se chocava um pouco com a realidade potiguar.

Lembrando que era filho e sobrinho de adversários de Djalma Marinho no estado, Garibaldi contou que sempre foi aconselhado pelos mais velhos a não falar mal desse político.

– Porque Djalma sempre foi o doce Djalma. Ele era uma figura muito amena para conviver na

política do estado. Veio para o cenário nacional e aqui teve os confrontos e desencontros que todos sabemos – frisou ainda o senador, referindo-se às firmes posições do homenageado durante o regime militar.

Aparteado pelo deputado Felipe Maia (DEM-RN), Garibaldi disse que a política no seu estado hoje não é mais radical, pois já permite um diálogo permanente entre adversários que, noutros tempos, se tornavam inimigos. De acordo com o presidente do Senado, durante algum tempo a política potiguar foi "na base do amor e do ódio". Ele louvou o fato de o diálogo prevalecer atualmente.

## Maciel registra revista lançada por Niemeyer

O lançamento da revista *Nosso Caminho*, dirigida pelos arquitetos Oscar Niemeyer e sua esposa Vera Lúcia, foi registrado por Marco Maciel (DEM-PE). O senador leu o objetivo da nova publicação, mencionado em seu editorial: "discutir e pensar junto com os leitores o momento brasileiro, levar aos jovens um pouco de conhecimento, fazê-los refletir melhor sobre seu país, fugir dos que se limitam aos assuntos de sua profissão, despreparados para o mundo perverso e coberto de violência que os espera".

Maciel salientou que a revista – editada sem patrocínio e à venda em bancas e livrarias – traz artigos do próprio Niemeyer sobre a integração das artes plásticas com a arquitetura e sobre Luiz Carlos Prestes. Também conta com textos do poeta Ferreira Goulart, do economista José Luiz Fiori, dos físicos Luiz Alberto Oliveira e Ubirajara Brito e do engenheiro José Carlos Sussekund, responsável pelo cálculo estrutural das obras de Niemeyer. Para o próximo número, há textos previstos dos escritores portugueses José Saramago e Manuel Alegre.

Na revista, disse o senador, Niemeyer cita os projetos mais recentes, destinados a Brasília e realizados após o seu aniversário de 100 anos: o Sambódromo, a Praça do Povo e a torre da TV digital. Ele enfatizou a preocupação do arquiteto com a necessidade de promover o hábito da leitura.

O senador parabenizou o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, pela recuperação do Espaço Oscar Niemeyer, onde houve o lançamento da revista. Maciel ainda saudou o presidente do Senado, Garibaldi Alves, pelo empenho na votação dos vetos presidenciais.



Gerardo Magalhães

Marco Maciel cita preocupação do arquiteto com o hábito da leitura

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias  
**1º Secretário:** Efraim Morais  
**2º Secretário:** Gerson Camata  
**3º Secretário:** César Borges  
**4º Secretário:** Magno Malta  
**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Alvaro Dias • Papaléo Paes

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
**Chefia de Reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira  
**Edição:** Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli  
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Davi Emerich (61) 3311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
**Arte:** Cirilo Quartim e Oscar  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137  
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.  
 CEP 70165-920



Valter Pereira critica Pronasci por não contemplar os menores de 19 anos

## Valter elogia programa de combate às drogas

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) comemorou a execução, em seu estado, do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd).

Voltado para crianças e adolescentes, o programa é a versão brasileira para o curso antidrogas norte-americano *Drug, Abuse, Resistance, Education (Dare)*, lançado em 1983 naquele país.

No Brasil, o programa iniciou-se pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, em 1992, e passou a ser adotado em outros entes federativos, como Mato Grosso do Sul. O Proerd contempla três fases: para o 5º ano do ensino fundamental; para o 7º ano; e para os pais. Os instrutores que trabalham com o projeto são policiais militares escolhidos por rigorosa seleção e submetidos a treinamento didático específico.

– Tudo o que os pequenos precisam saber sobre as drogas, acabam aprendendo. Eles ficam sabendo, por exemplo, que cocaína e maconha não são as únicas drogas perniciosas que existem. Descubram que existem o álcool e o fumo, e que não existe agente tóxico que seja ingênuo – disse.

### Proteção parcial

Valter criticou ainda o governo federal pelos baixos investimentos em programas de prevenção contra o uso de drogas. Segundo ele, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), lançado pelo Ministério da Justiça em agosto do ano passado, assegura proteção apenas parcial a jovens em situação de risco, uma vez que não contempla menores de 19 anos.

Em apartes, Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Cristovam Buarque (PDT-DF) apoiaram o pronunciamento.

Senador questiona ação de donos de bares e diz que as pessoas continuam tendo o direito de beber, desde que não ameacem os outros ao dirigir embriagadas

# Cristovam afirma que Brasil se uniu a favor da lei seca

A UNIÃO DA sociedade, nos últimos dias, a favor da lei que prevê maior rigor contra o motorista que ingerir bebidas alcoólicas foi considerada por Cristovam Buarque (PDT-DF) como “algo fantástico, uma coisa quase inacreditável”.

O senador disse que raramente se viu a sociedade brasileira se unir em torno de “uma coisa tão concreta”. Cristovam questionou os donos de bares e restaurantes, que entraram com ação direta de inconstitucionalidade (Adin) junto ao Supremo Tribunal Federal contra a chamada lei seca, aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Lula no último dia 19. Segundo a ação, a nova legislação estaria cerceando o direito individual de beber.

– É claro que as pessoas continuam a ter o direito de se embriagar, desde que não dirijam depois. Dirigir embriagado afeta o direito dos outros de não sofrerem a ameaça de um



Lei pode aumentar empregos de taxistas, diz Cristovam

motorista bêbado – afirmou.

O argumento de que a lei seca está tirando emprego de quem trabalha nos bares, na opinião do senador, é um problema que pode ser resolvido com a criação de um programa de reciclagem para quem for mandado embora. Cristovam ponderou ainda que, em contrapartida, a nova legislação pode aumentar o emprego de taxistas. O importante, continuou, é que o Brasil não

pode continuar vendo a morte de aproximadamente 40 mil pessoas por ano em acidentes de trânsito, “quase o número de mortes da guerra do Vietnã”, salientou.

Outro fato positivo registrado nos últimos dias no Brasil “é o despertar da mídia nacional” para a educação, com jornais dedicando páginas ao assunto, especialmente depois que se noticiou no exterior que o crescimento econômico brasileiro pode ser prejudicado pela falta de pessoas capaci-

tadas.

### Federalização

Cristovam voltou a sugerir a “federalização do ensino básico”, e propôs que ela seja feita no prazo de 20 anos. Ele ressaltou que, mesmo com a injeção de verbas federais, os municípios continuariam com a responsabilidade do ensino básico (ensino fundamental e médio).



Osmar Dias quer proposta que garanta “autoridade sem autoritarismo”

## “Professores querem segurança em sala de aula”

Depois de aprovado pelo Congresso o piso nacional de R\$ 950 para o professor de ensino básico, na semana passada, os parlamentares devem buscar uma forma de evitar que professores sejam vítimas de agressões por parte dos alunos, disse Osmar Dias (PDT-PR).

Ele propôs aos demais senadores que seja iniciada uma discussão visando elaborar um projeto de regulamento que assegure autoridade aos professores, “mas sem autoritarismo”. Disse que hoje um aluno que pratica alguma indisciplina em sala é encaminhado à coordenação da escola e raramente existem punições.

Osmar lembrou que o mesmo projeto que estabeleceu o piso, do qual ele foi o relator, criou a hora-atividade, prevendo que os professores deverão dedicar no máximo dois terços de sua carga de trabalho em sala de aula ou atividades diretas com alunos.

– É verdade que no centrosul uma parte dos professores já ganha os R\$ 950 do piso ou mais. Entretanto, 41% dos professores brasileiros têm remuneração mais baixa. O piso vai beneficiar 1,5 milhão de professores – afirmou.

### Debate

Após ter lido reclamação do presidente do Senado, Garibaldi Alves, que afirmou haver mais debate nas comissões do que no Plenário, Osmar sustentou que isso “pode ser resolvido”, desde que se cumpra à risca o regimento da Casa. Ponderou que os senadores costumam pedir a palavra “pela ordem”, originalmente destinada a solicitar esclarecimentos sobre a sessão, mas acabam fazendo pequenos discursos. Com isso, acrescentou, os parlamentares que querem fazer debates acabam prejudicados.

## Alvaro: morte de bebês no Pará foi genocídio

Alvaro Dias (PSDB-PR) classificou de “genocídio” as mortes de 32 bebês ocorridas na Santa Casa de Misericórdia de Belém, causadas pela superlotação e falta de equipamentos e condições de higiene, e fez um apelo ao governo federal para que dê atenção à situação.

– A questão é nacional. Onde está o ministro da Saúde? Não ouvi uma palavra de José Gomes Temporão. E o presidente da República? Ou o que ocorreu no Pará é pouco para convocar a responsabilidade deles? – perguntou.

Para Alvaro, o caso deveria ter repercussão como o massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 1996, quando 19 sem-terra foram mortos em confronto com a Polícia Militar. As mortes, afirmou o senador, revelam incompetência, irresponsabilidade e desorganização do governo, que precisa definir prioridades na destinação dos recursos públicos para atender às camadas mais empobrecidas da população.



Para Alvaro, “falta competência e sensibilidade humana”

O senador disse ainda que o governo precisa mudar de perfil, deixar de ser perdulário e evitar o desperdício, e refutou a argumentação de falta de recursos, pois “o governo vem arrecadando horrores como jamais arrecadou, próximo de 40% do PIB em receita pública”.

Em aparte, o presidente da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (ligada à Comissão de Assuntos Sociais), Papaléo Paes (PSDB-PA), pediu

que o governo federal olhe com atenção para a saúde pública e em especial para a Santa Casa de Belém, que está “totalmente abandonada pelo serviço público e em plena decadência”. Ele lembrou que um grupo de parlamentares viajará ao Pará para verificar a situação da instituição.

### Pauta trancada

Alvaro Dias mencionou ainda dados de um estudo no qual se verificou que as medidas provisórias trancaram a pauta de votações do Plenário em dois terços das sessões deliberativas. As MPs, em sua tramitação, levam em média três meses e 28 dias entre a edição e a sanção presidencial, enquanto os projetos ditos “normais” levam quatro anos, três meses e sete dias em média desde sua apresentação até a sanção presidencial

– Estamos consagrando nossa própria incompetência de legislar porque aceitamos essa imposição do Executivo – disse.

## A água vale ouro

A água doce é um bem cada vez mais escasso. Hoje, 1,1 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso a água potável. Medidas simples podem fazer a diferença.

Diminua o tempo do banho

Elimine os vazamentos

Não deixe a torneira pingando

Use a vassoura, e não a mangueira, para limpeza

Instale torneiras com sensores automáticos

Use uma bacia para lavar louça

Escove os dentes com a torneira fechada

Uma campanha do Jornal do Senado

Senador lamenta dados do Inpe que mostram desmatamento de 5.850 quilômetros quadrados entre agosto de 2007 e abril de 2008

## Paim: todo brasileiro tem o dever de cuidar da Amazônia

TODA A POPULAÇÃO brasileira deve ajudar a cuidar, "por carinho, por amor", da Amazônia, segundo afirmou ontem Paulo Paim (PT-RS). O senador ressaltou que a floresta e sua biodiversidade têm valor inestimável para o Brasil e para o mundo.

– Ele, o coração, a Amazônia, é todo doação. É invejado por muitos, é cobiçado pelo mundo. Nós o chamamos simplesmente de Amazônia. O coração da terra brasileira precisa ser ninado, embalado por mãos carinhosas e cheias de cuidado – disse.

O senador frisou que as agressões à Floresta Amazônica, como desmatamentos e queimadas, provocam prejuízos à qualidade do ar e da água e ao equilíbrio ecológico do país. Com o desmatamento, continuou Paim, a Amazônia fica mais seca, provocando incêndios e influenciando negativamente a geração de energia, a agricultura e o abastecimento de água de praticamente todo o país.

Paim lamentou recentes dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que apontaram desmatamento de 5.850 quilômetros quadrados na Amazônia, entre agosto de 2007 e abril de 2008. De



"Coração da terra brasileira precisa ser ninado"

acordo com o senador, outras pesquisas mostram que 100 mil quilômetros quadrados de florestas tropicais são desmatados anualmente para servir à agricultura, à pecuária e ao comércio de madeira ilegal (20% desse desmatamento estaria em terras brasileiras).

### Propostas

O senador citou projetos importantes para a Floresta Amazônica, como a Missão Amazônica PUC-RS, que leva alunos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul para fazerem serviços voluntários em Rondônia. Comentou ainda a proposta do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, de criação

da Guarda Nacional Ambiental; e a proposta do governo de instituir o Fundo de Preservação da Amazônia.

– É certo que temos de aumentar a presença do poder público na Amazônia – frisou o senador, defendendo o combate à grilagem, principalmente em terras públicas, a viabilização de um novo modelo de reforma agrária para todo o país, com bases sustentáveis, e a criação e implementação de unidades de conservação e de terras indígenas em áreas prioritárias.

Paim também disse apoiar a sugestão de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) de criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre a Amazônia. Em apertes, Gerson Camata (PMDB-ES) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) apoiaram Paim. Camata recordou frase do ex-primeiro-ministro alemão Helmut Kohl, que não concordava com a ideia que a Amazônia seria um patrimônio da Humanidade e dizia que "a Amazônia é um patrimônio do Brasil a serviço da Humanidade". Maldaner afirmou ter visitado, no Pará, projeto do Instituto de Terras para exploração sustentável da madeira, na região de Nova Olinda.

## Papaléo diz que Marina foi boicotada pelo governo Lula

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou ontem que a ex-ministra do Meio Ambiente, senadora Marina Silva (PT-AC), foi boicotada em questões cruciais que exigiam a manifestação da área de meio ambiente, como o lançamento da política industrial. Papaléo disse que a gota d'água para a saída de Marina do governo foi o anúncio de que o Plano Amazônia Sustentável seria coordenado pelo ministro Extraordinário de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger.

Papaléo citou o ex-deputado e ambientalista Fábio Feldmann que, no artigo "A política ambiental do governo Lula", escrito para a publicação eletrônica *Terra Magazine*, diz que Marina Silva e o presidente Lula devem estar aliviados, pois a presença de Marina em seu governo sempre representou um constrangimento ético em favor da sustentabilidade.

O senador assinalou que, apesar de ser um ícone da preservação ambiental, Marina ocupou um cargo que se tornou cada vez mais figurativo e sem nenhuma efetividade. Ele notou que os esforços da ex-ministra e de sua equipe no sentido de conseguir um compromisso do governo para o enfrentamento da devastação do bioma da Amazônia foram infrutíferos.

– A estrutura tacanha destinada a cuidar das áreas protegidas faz com que o desrespeito



Papaléo: desrespeito impera, com agressões ao meio ambiente

impere, propiciando inúmeras agressões ao meio ambiente dentro das próprias reservas nacionais – disse o senador.

Papaléo frisou que 70% das reservas da Amazônia não foram implementadas ou sequer têm uma sede instalada; que a proporção atual é de apenas um fiscal para cada 2.800 quilômetros quadrados de áreas a serem preservadas; e que muitas áreas de preservação estão ocupadas por sem-terra, madeireiros e posseiros.

Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou, em aparte, que as investigações da CPI das ONGs descobriram desvios de finalidade e corrupção com recursos públicos. Ele ressaltou que as ações desenvolvidas por essas entidades não são relevantes e o que tem prevalecido é o tráfico de influência com pessoas ligadas a Lula e a ministros para captação e desvio de recursos.

## Camata critica proposta de Fidel para as Farc continuarem luta

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) disse ontem que a alegria pela libertação da ex-senadora colombiana Ingrid Betancourt foi prejudicada no domingo pelas declarações do ex-presidente de Cuba Fidel Castro sobre o assunto. Em texto publicado na página eletrônica *Cubadebate* e reproduzido na versão online do jornal cubano *Granma*, Fidel aconselhou as Farc a libertarem todos os reféns em seu poder, sem abandonarem a luta, segundo o site UOL.

– O homem vivo mais cruel no mundo, hoje, que perseguiu e matou tanta gente, que mandou dinheiro para matar brasileiro no Brasil, que fez jovens morrerem numa luta que não tinha finalidade nem objetivo, também aqui no Brasil, prega que irmãos colombianos se matem uns aos outros, quando existe na Colômbia um governo democraticamente eleito com 91% dos votos da população.

– Critiquei com energia e franqueza os métodos objetivamente cruéis do seqüestro e da retenção de prisioneiros nas condições da selva. [Mas] não estou sugerindo a ninguém que deponha as armas. Nos últimos 50 anos, os que o fizeram não sobreviveram à paz", escreveu Fidel Castro.

Para Camata, essa declaração configura "um epitáfio triste" para o ex-presidente cubano, que tem 81 anos e deixou a chefia do governo devido a



Camata cumprimentou o governo da Colômbia pela libertação de 15 reféns

problemas de saúde. Fidel foi classificado como "ditador" pelo parlamentar capixaba.

Camata cumprimentou o governo da Colômbia pela "cinematográfica e espetacular operação" que resultou na libertação da ex-senadora e outros 14 reféns. Ele também condenou os "métodos cruéis e bárbaros, métodos medievais de tortura e de sacrifício" que, disse, as Farc impõem aos reféns.

– Nós vimos se agigantar diante do mundo a condenação desses atos – afirmou o senador, ressaltando que ainda há 700 pessoas em poder das Farc, que, ressaltou, é composta de "narcoguerrilheiros".

Camata lembrou das gestões para libertação de Ingrid feitas por ele e pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Heráclito Fortes (DEM-PI), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).



Cristovam Buarque (terceiro à direita) recebeu ontem secretários da Educação de várias províncias do país vizinho

## Cristovam discute educação com argentinos

O presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), reuniu-se ontem com um grupo de secretários de Educação da Argentina. O encontro foi promovido pela Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal e pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana.

O grupo visitou escolas públicas que estão implantando o programa Ciência em Foco, do governo do Distrito Federal, com o objetivo de aproximar o aluno do ensino fundamental da disciplina de Ciências.

Cristovam Buarque disse às

autoridades da nação vizinha que, apesar do esforço que o Brasil vem fazendo para elevar o nível de educação nas escolas públicas, a Argentina ainda pode ser considerada um país mais desenvolvido nessa área.

O senador salientou que o nível de instrução na Argentina é mais elevado do que no Brasil, o que permite aos pais, naquele país, ajudar seus filhos nos estudos.

– No Brasil, um dos maiores problemas é que os pais não têm educação formal, então eles não conseguem auxiliar os filhos. Eles já melhoraram, mas ainda não estão bem –

disse o senador, que defendeu um esforço conjunto dos dois países, por acreditar que muito pode ser feito por meio de um intercâmbio na área.

Além do secretário de Educação do Distrito Federal, José Luiz Valente, estavam presentes na reunião Walter Grahovac e Délia Provinciali, da Província de Córdoba; Sílvia Rojkes de Temkin e Daniel Ammar, da Província de Tucumán; Daniel H. Belinche, da Província de Buenos Aires; e Ignácio Hernaiz, chefe da Unidade de Programas Especiais do Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia da Nação.